

Importância e limites das políticas públicas de comercialização de alimentos no município de Damianópolis, Goiás: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

The importance and limits of public policies of food commercialization in the county of Damianópolis, Goiás: National School Feeding Programme (PNAE) and Food Acquisition Programme (PAA)

Tábata Neves Rosa

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe
(TerritoriAL).
tabatalilas@hotmail.com

Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves
Universidade Estadual de Goiás – Campus Iporá.
ricardo.goncalvres@ueg.br

Resumo

A centralidade do artigo é identificar a importância e os limites do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), enquanto Políticas Públicas de comercialização para o campo, e tendo como referência espacial das investigações o município de Damianópolis. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica relacionada ao tema. A pesquisa ainda contou com metodologias como entrevistas e observação direta. Abordam-se, assim, aspectos referentes ao processo de desenvolvimento rural vivenciado no campo, considerando que sua aplicação ideológica produz efeitos muitas vezes contrários às propostas originais, aprofundando a dominação e a exploração capitalista, intensificando a pobreza e os conflitos socioambientais. Desse modo, a pesquisa apreende a disputa de projetos existentes na agricultura e seus representantes, de um lado a agricultura camponesa e do outro lado o agronegócio. Assim, abordam-se as Políticas Públicas existentes para a agricultura camponesa e o Movimento Camponês Popular - MCP como uma alternativa de luta e resistência para o campesinato. O enfoque teórico e metodológico expõe o importante papel que as mulheres camponesas cumprem, bem como o processo de subordinação construído historicamente.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Campesinato. Resistências.

Abstract

The centrality of the article is to identify the importance and limits of the National School Feeding Programme (PNAE) and Food Acquisition Programme (PAA) as Public Policies of commercialization for the field, having the county of Damianópolis as a spatial reference of investigations. In that regard, a bibliographical research in relation to the theme was carried out. The research also made use of methodologies such as interviews and direct observation. Aspects related to the process of rural development experienced in the field are approached, considering that its ideological application produces effects many times contrary to the original propositions, deepening the capitalist domination and exploitation and intensifying poverty and social and environmental conflicts. In this manner, the research apprehends the dispute of existing projects in agriculture and its representatives, on one side the peasant agriculture and on the other the agribusiness. Thus the existing Public Policies for the peasant agriculture are approached, as also is the Popular Peasant Movement (MCP) as an alternative of struggle and resistance for the peasantry. The theoretical and methodological focus exposes the important role that peasant women fulfill, as well as the historically built subordination process.

Key words: Public Policies. Peasantry. Resistances.

Introdução

Esta nova oração,
É uma canção de vida
Pelo sangue da ferida no chão.
Que não cicatrizará
Nem tampouco deixará de abrir
A rosa em nosso coração...

E diga sim...
A quem nos quer abraçar,
Mas se for pra enganar
Diga não...

Com as bandeiras na rua
Ninguém pode nos calar.
Com as bandeiras na rua
Ninguém pode nos calar.

E quem nos ajudará
A não ser a própria gente

Pois hoje não se consente esperar.
Somente a rosa e o punhal.
Somente o punhal e a rosa
Poderão fazer a luz do sol brilhar.

E diga sim...
A quem nos quer acolher,
Mas se for pra nos prender
Diga não...

Ninguém vai ser torturado
Com vontade de lutar.
Ninguém vai ser torturado
Com vontade de lutar.
La la la la laiá la la la la laiá la
La la la la laiá la la la la laiá la
E diga sim...
A quem nos quer acolher...
Mas se for pra nos prender...
Diga não..

(*Oração Latina*, César Teixeira).

Discorrer sobre as Políticas Públicas destinadas ao campesinato é traduzir um tema que é significativo tanto para as populações do campo, quanto para um conjunto da sociedade. As políticas, os programas não surgem por acaso, sempre dependem de um conjunto de lutas. Como afirma Mançano (2014), “a elaboração de políticas públicas é resultado de correlação de forças entre instituições que são ou representam interesses de classes”. As políticas públicas de desenvolvimento rural voltadas para famílias camponesas são forjadas por lutas e organizações coletivas da classe trabalhadora. Constituem-se em instrumentos valiosos para o desenvolvimento das comunidades camponesas.

Atualmente (2016), existem dois programas de comercialização, são eles: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Com efeito, esta pesquisa pretendeu compreender a importância e os limites encontrados pelos camponeses e camponesas em acessar essas políticas. O recorte espacial da pesquisa é o município de Damianópolis, localizado na região nordeste do estado de Goiás.

A principal fonte de estudo foi a pesquisa bibliográfica, considerando as diversas fontes, como: livros, cartilhas, artigos científicos e resoluções. Foram vários os autores que contribuíram, entre eles destaca-se Grisa (2010), Carvalho (2015), Netto e Melo (2010), Patto

(1999). Além disso, contou com pesquisa de campo, uso de metodologias como entrevistas, observação direta, registro fotográfico e diário de campo.

A realização desta pesquisa permitiu compreender que as políticas públicas necessitam de dois movimentos combinados, o primeiro é a mobilização, pressão popular, para a política pública nascer, existir; e o segundo é a continuidade do povo organizado exigindo o acesso, a melhoria e a continuidade da política pública. Por conseguinte, toda política assim como foi criada, pode ser extinta, portanto sua eficácia depende fundamentalmente da defesa coletiva.

Breves considerações sobre desenvolvimento rural

Existem várias formas de compreensão do conceito desenvolvimento rural e, assim como qualquer outro termo da linguagem política, tem vários métodos de interpretação. O que é desenvolvimento para um camponês é diferente do que é desenvolvimento para o agronegócio. Por isso, é necessário enfatizar as concepções de alguns pensadores acerca do desenvolvimento rural, partindo da construção histórica do país. Tratar desta questão é bem complexo, principalmente no momento histórico contemporâneo, onde a palavra desenvolvimento é bastante utilizada, porém na maioria das vezes não ousam perguntar: desenvolvimento rural para quem? Para que? Estas são as perguntas centrais desta pesquisa, ou seja, discutir as políticas públicas para contribuir com reflexão acerca desta questão, buscar entender como os camponeses lidam e constroem estratégias para o desenvolvimento nas comunidades camponesas.

Pomar (2014, p.01) define diz que

O conceito de desenvolvimento pode ser utilizado em vários campos do conhecimento e da atividade humana. Esta sempre atrelado a algum adjetivo, seja humano, econômico, sustentável, pessoal, social, ambiental, histórico, matemático, cultural, político etc. Tudo indica que tal conceito emergiu na filosofia clássica alemã para diferenciar as mudanças qualitativas (transformações ou metamorfoses) que qualquer tipo de matéria ou conhecimento sofre no decorrer de um processo de mudanças parciais, crescimento, adiantamento, progresso ou evolução quantitativa.

Oliveira (2012), por sua vez, afirma que o termo desenvolvimento já foi e vem sendo utilizado como ideologia e produz efeitos que geram concepções contrárias as propostas

originais, aprofundando a dominação e a exploração capitalista e intensificando a pobreza e os conflitos socioambientais no campo.

Netto, Melo e Maia (2010) dizem que só é possível compreender a questão do desenvolvimento rural, na medida em que conseguimos observar a relação histórica entre o campo e a cidade, entre o setor primário e os demais setores da economia. Para estes autores a questão agrária, incluindo as políticas públicas de desenvolvimento rural, já vem sendo discutidas há décadas no Brasil. Assim, o tema em questão neste artigo anuncia uma constelação de questões a discutir, como, por exemplo, o papel da agricultura e dos camponeses no processo histórico como na fase da industrialização os camponeses tinham como função a) produzir e fornecer matérias primas para a indústria; b) consumir mercadorias da indústria; c) fornecer mão de obra pra indústria; d) fornecer alimentos baratos para manter o salário mínimo baixo. Na fase neoliberal com o desenvolvimento das técnicas e das forças destrutivas no campo os camponeses perderam estas funções e passaram a ser um problema/bloqueio pra o avanço do capital.

Outro fator fundamental de análise está relacionado com a questão agrária no Brasil. É indispensável traduzir a condição histórica em que as famílias camponesas foram submetidas e isso não pode ficar esquecido, pois são fundamentos para compreender o campesinato.

Caio Prado Jr. (1979) permite o entendimento da questão agrária em dois momentos históricos, antes e depois do golpe de 1964. No primeiro momento - antes de 1964 - a estrutura fundiária era considerada como um dos principais responsáveis pelos graves problemas agrários, caracterizada pela fortíssima concentração e pelo monopólio da terra, permitindo que o país tivesse êxito comercial em sua agricultura e ao mesmo tempo tivesse um baixo padrão de vida para população trabalhadora do campo. Nesse aspecto o autor (1979) afirma que a questão agrária se confunde com a concentração fundiária, pois existia uma relação efeito- causa entre a miséria da população e a concentração fundiária. Já pós 1964 direciona as formas de relações de trabalho que existem como sendo determinantes do problema agrário, tais como; venda e compra de mão-de-obra, forte exploração da força de trabalho, que para Caio Prado Jr. (1979), faz parte da natureza contraditória da sociedade capitalista.

Netto; Melo e Maia (2010) dizem que a questão agrária brasileira no momento pré-redemocratização levantou elementos de ordem política, econômica e social, pois foi o

período onde o debate sobre o desenvolvimento econômico e o modelo de industrialização estava em alta. E a pergunta central daquele momento era se a agricultura iria contribuir ou atrapalhar a industrialização do país.

Nesse sentido, os mesmos autores afirmam que:

O rumo tomado pela industrialização no Brasil e as opções de ações para o fomento das exportações agrícolas e a melhora da posição do país no mercado internacional de grãos, acarretando a modernização da agricultura nacional, são indicadores de que as prioridades políticas foram, para a questão agrícola, no sentido do desenvolvimento, em detrimento da questão fundiária propriamente dita. (NETTO; MELO; MAIA, 2010, p.18).

Sem dúvida, Neto; Melo e Maia (2010) perceberam que a agricultura era estratégica para o desenvolvimento da industrialização e o para o mercado internacional, de modo que o Brasil estivesse o *status* de um país subdesenvolvido ou de terceiro mundo.

A industrialização da agricultura diante da Revolução Verde, para Silva (1998) *apud* Netto, Melo e Maia (2010) constitui-se como uma modernização conservadora, que influenciou a estruturação dos complexos agroindustriais, fomentou a produção e o desenvolvimento técnico expulsando as populações camponesas do campo. Estes mecanismos eram gerados em uma indústria que passou a fazer parte do processo produtivo da agricultura, criando os complexos agroindustriais, que ligam a agricultura a uma extensa rede de relações de produção existentes “antes e depois da porteira da fazenda”. Esta modernização foi desigual, não privilegiou todos os tipos de agricultores existentes, marginalizando os produtores, seja por falta de acesso aos créditos, à assistência técnica e outras questões.

Nesse sentido, Graziano da Silva (1996) deixa claro que ao mesmo tempo em que a modernização agrícola aliou a agricultura do país a uma indústria desenvolvida e ao comércio internacional, excluiu grande parte dos produtores, especialmente as populações camponesas. As consequências do desenvolvimento do capitalismo na agricultura concentraram riquezas, aumentou a produtividade e a exploração do trabalho e por outro lado fez aumentar a miséria na medida em que impossibilitava o acesso ao crédito e as tecnologias mais modernas para os pequenos agricultores.

Acentua-se o significado e diferenças nos termos mecanização e modernização, segundo Balsan, (2006) *apud*, Netto; Melo e Maia (2010, p. 28),

É importante entender que, embora a mecanização esteja contida na ideia de modernização, ela “não é seu todo”, mecanização é todo processo de substituição da base técnica nos processos do “fazer”. Modernização é mais que isso: trata-se das alterações ocorridas também nas relações de produção e, conseqüentemente, nas relações sociais.

Ter isto claro é essencial, pois é comum pensar que modernização é igual mecanização e então acaba percebendo este termo complexo como algo simples, perdendo a noção de que ao falar deste conceito - modernização - estamos falando de questões e relações sociais, não somente relacionada ao mundo rural, pois a consequência desse modelo de produção também representou desdobramentos para o mundo urbano. Desse modo, as questões sociais que Balsan (2006) diz, é para o conjunto da sociedade. A modernização não foi capaz de atingir todas as populações do campo, é uma modernização desigual. As famílias camponesas necessitam de políticas que ajudem a superar esse processo desigual e contraditório no campo brasileiro.

Netto; Melo e Maia (2010), se referem à modernização defendendo que “ela não mudou a estrutura de produção no sentido de promover relações menos exploratórias; ao contrário, agravou tais problemas”. Estes problemas estão bem explícitos, são eles; concentração da propriedade da terra, concentração de renda, maior exploração da força de trabalho empregada na agricultura e a piora na qualidade de vida de muitos trabalhadores. Por conseguinte, pode-se falar em um desenvolvimento desigual e combinado no campo, com expropriação do campesinato. Assim, a questão agrária na maioria das vezes é vista como um ponto a ser tratado com as populações do meio rural, como foi nos anos de 1950 e 1960.

No entanto, atualmente (2016), este tema também tem sido discutido com a população urbana, pois na medida em que o modelo do agronegócio agrava as condições de existência das famílias camponesas, controlando suas terras, poluindo e acabando com as águas, com as florestas e degradando a biodiversidade. Portanto, as populações das cidades também são diretamente atingidas, desde o inchaço populacional, a falta da água, as grandes enchentes, a diminuição da produção de alimentos saudáveis e o aumento do desemprego.

Nos últimos anos, novas políticas de desenvolvimento rural foram criadas, abrangendo também as populações camponesas. Resultado de lutas, que permeiam as estratégias de

permanência dos camponeses no campo de forma digna, as políticas de comercialização de alimentos são exemplos de um novo modelo de desenvolvimento rural. Portanto, no próximo *item* buscou-se contextualizar essa análise com ênfase no PNAE e PAA.

As políticas públicas de comercialização para o campo: PNAE e PAA

Neste *item*, o foco central da pesquisa são as políticas públicas de comercialização existente para a agricultura camponesa. Mas, antes de abordá-las e discutir seus significados, procede-se de um breve debate sobre as questões que estão atreladas a elas e que permeiam um conjunto de elementos referentes ao surgimento de políticas públicas. Como contribui Grisa (2010), a elaboração, execução e gestão das políticas públicas envolvem complexos fatores e atores sociais e são abordadas por diversas perspectivas teóricas.

Segundo o dicionário da Educação do Campo (2012) as políticas públicas são a tradução de formas de agir do Estado, mediante programas que objetivam dar materialidade aos direitos constitucionais. Assim, entre aqueles que se materializam por meio das políticas públicas de desenvolvimento rural estão principalmente os direitos sociais, definido no Artigo 6º da Constituição Federal de 1988: educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e a infância e assistência aos desamparados. Pelo fato de as políticas públicas de desenvolvimento rural serem formas de atuação do Estado para a garantia de direitos sociais, elas também são denominadas, frequentemente, como políticas sociais.

Ao colocar em discussão essas políticas públicas de desenvolvimento rural foi necessário ter claro todo um processo que está por trás destas políticas. Elas não surgem por acaso, na sua maioria precisam de lutas para ser criadas. As organizações sociais têm um papel significativo na construção destas políticas existentes para os camponeses. Elas dependem fundamentalmente da correlação de forças e das estratégias de lutas em um determinado período histórico.

Segundo Mançano (2013), a elaboração de políticas públicas é resultado de correlação de forças entre instituições que são ou representam interesses de classes, que são as partes que necessitam das políticas que colocam suas proposições e defendem seus projetos. “A influência de instituições e organizações da sociedade determinam os rumos das políticas de governo e das políticas de Estado”. (MANÇANO, 2013, p.2).

Nos últimos anos os movimentos do campo têm conseguido influenciar mais na elaboração de políticas de desenvolvimento para os camponeses. Conforme Mançano (2013, p. 1),

No período pós –neoliberal ou neodesenvolvimentista ampliaram –se as disputas por políticas públicas como parte das ações que determinam o desenvolvimento territorial rural no Brasil. Enquanto no período desenvolvimentista o governo aparecia como o proponente dos planos nacionais de desenvolvimento, no período atual as partes interessadas da sociedade (stakeholders), como as corporações, organizações e movimentos socioterritoriais tem participado cada vez mais na formulação de políticas públicas. A constituição e o estabelecimento das políticas públicas tornaram-se disputas territoriais e por modelos de desenvolvimento, configurando-se entre os novos elementos da questão agrária atual.

Atualmente (2016), o órgão responsável por pensar políticas para a agricultura camponesa é o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA¹ enquanto o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA está a serviço de elaboração de políticas para as grandes corporações, para o agronegócio. E, Mançano (2013) diz que pensar os modelos de desenvolvimento não é simples, um exemplo bem explícito disso é dado pelo MAPA, que é o “Ministério do agronegócio”, foi criado na época do Brasil Império (1860) e definiu sozinho as políticas agrárias por mais de um século. Já o MDA, só foi criado após o massacre de Eldorado dos Carajás em (1996) e tornou significativo para o desenvolvimento da agricultura camponesa². Mançano (2013) ainda afirma que sua criação foi resultado da luta camponesa pela terra e por um modelo de desenvolvimento emancipatório, contra as políticas elaboradas pelo “Ministério do agronegócio”.

Segundo Mançano (2013), as políticas públicas podem ser emancipatórias ou podem ser de subordinação, dependem de quem o elaboram, e como são construídas por meio de

¹ Pontua-se que este artigo foi escrito antes da extinção do MDA por decreto presidencial em Maio de 2016. Por consequência, ainda na condição de presidente interino (de maio a agosto de 2016), Temer incorporou as atribuições do MDA ao MDS e criou o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Logo depois, porém, o MDA teve suas estruturas transferidas para a Casa Civil.

² Portanto, de acordo com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST, 2016, p. 1), “O MDA representa um marco de luta contra a violência no campo e espaço de afirmação das minorias, além disso, segundo os trabalhadores, o ministério é o espaço de representatividade política das populações rurais, por garantir o avanço e o desenvolvimento estrutural aos pequenos agricultores. Exemplo disso, foi a sua criação em 1999 pautado a partir do massacre de Eldorado dos Carajás, que aconteceu em abril de 1996”.

disputas políticas, as correlação de forças determinarão se serão de subordinação ou emancipatórias. Os territórios do campesinato precisam de políticas de desenvolvimento rural a partir da lógica do trabalho familiar, para a produção de diversas culturas para a comercialização, elas não podem ser elaboradas a partir da lógica do agronegócio, pelo contrário, elas precisam ser formuladas pelo protagonismo, pela participação, que é bem diferente de ser pensada de uma classe para outra classe.

Algumas considerações sobre PAA

A criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para os camponeses em 2003 resultou de dois debates importantes da década de 1990 no Brasil. Segundo Grisa et.al. (2011) o primeiro teve como questões centrais o combate à fome e a segurança alimentar e nutricional da população brasileira. E o segundo debate foi ao reconhecimento da agricultura camponesa como categoria social pelas políticas governamentais de desenvolvimento rural. Mas é necessário entender que foram a capacidade de mobilização, intervenção política e a negociação de diversas organizações camponesas que fizeram este debate vir a tona.

O PAA contempla tanto as demandas de acesso os alimentos das populações em situação de insegurança alimentar como as necessidades dos agricultores familiares de conseguirem mercado para seus produtos. Grisa et.al. (2011, p.35) diz que o PAA adquire os produtos dos camponeses visando:

- ✓ Suporte da rede pública de equipamento de alimentação e nutrição e da rede de instituições socioassistenciais;
- ✓ Estruturação de circuitos locais de abastecimento;
- ✓ Formação de estoque para prestar assistência técnica alimentar a populações específicas, populações atingidas por catástrofes e populações escolares em situação de insegurança alimentar.

O PAA também estimula a produção e o consumo de alimentos regionais. Isso se traduz em resgate e preservação de muitos costumes, hábitos e culturas que vinham sendo esquecidos ao longo das gerações. No Norte de Minas Gerais, por exemplo, o PAA tem contribuído para a geração de renda por meio do aproveitamento das frutas nativas do

Cerrado. Ao promover uma produção diversificada, o PAA contribui, ao mesmo tempo, para o aumento, a diversificação e a melhoria da qualidade da alimentação das famílias produtoras.

Para os autores

As pessoas/famílias beneficiadas com os alimentos, as mudanças principais têm sido observadas no padrão alimentar das crianças em idade escolar. Com a alimentação escolar proveniente da agricultura familiar regional, as crianças recebem alimentos frescos, variados e de melhor qualidade, confluindo para uma melhor aceitabilidade e consumo por parte dos alunos. Estudos têm se reportado também a efeitos positivos em termos de frequência, rendimento escolar e saúde das crianças. Por exemplo, em um estudo realizado na Bahia, Ortega, Jesus e Só (2006) observaram que com o PAA Leite a assiduidade das crianças na escola aumentou em 51% e houve um acréscimo de 48% no rendimento escolar, enquanto os índices *ruim* e *regular* diminuíram 59% e 53%, respectivamente. (Grisa et.al 2011, p.37).

As políticas de comercialização são fundamentais para desenvolvimento rural, pois na medida em que elas são acessadas elas contribuem de forma significativa com as famílias que as acessam. Além disso, no caso das famílias receptoras, que recebem os produtos produzidos por camponeses e camponesas, essas políticas atingem profundamente seu objetivo principal, e que as fizeram nascer. Como afirma Peraci e Bittencourt (2010) com relação ao PAA:

[...] propõe o estímulo à produção de alimentos pelos agricultores familiares mais pobres, tanto para o consumo próprio como para a comercialização e geração de renda. A avaliação era de que muitos agricultores familiares, em especial os mais pobres, não tinham incentivos para ampliar sua produção porque não conseguiam comercializar seus produtos a preços compatíveis com seus custos, especialmente porque ficaram reféns dos atravessadores. (PERACI; BITTENCOURT.2010,p.197).

O PAA foi institucionalizado pela Lei n. 10.696, de 2003, por meio da inclusão de um único artigo em um projeto de lei que estava em tramitação no Congresso Nacional, e houve alteração pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011.

Segundo Peraci e Bittencourt (2010, p. 199) seus objetivos eram:

I - Incentivar a produção de alimentos saudáveis pelos agricultores familiares mais pobres, contribuindo assim para sua segurança alimentar;

II - Gerar renda entre os agricultores familiares mais pobres, contribuindo assim para sua segurança alimentar;

III - Incentivar a criação ou o desenvolvimento de canais de comercialização da produção familiar nas comunidades onde esses eram frágeis e inexistentes;

IV - Ampliar os estoques de alimentos para distribuição pelos programas alimentares, procurando garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional;

V - Promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

Já o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar nasceu com duas finalidades: promover acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar, para o alcance desses objetivos o Programa compra alimentos produzidos pela agricultura camponesa, com dispensa de licitação, e os destinando às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição. O Programa também contribui para a formação de estoque público e estoque pelas organizações ligadas aos agricultores.

Com ênfase no PAA, destaca-se que este Programa procura, por meio de compras governamentais de alimentos, fortalecer circuitos locais e regionais e também redes de comercialização; valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, incentiva hábitos alimentares saudáveis, além de estimular o associativismo.

No *site* do MDA, está detalhado que o Programa é desenvolvido em cinco modalidades diferentes: doação simultânea, compra direta, formação de estoque, PAA leite e compra institucional.

Os recursos destinados às compras do Programa são compostos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Podem fornecer alimentos para o Programa agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, agricultores, extrativista, pescadores artesanais, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam aos requisitos.

As famílias podem participar do Programa individualmente ou por meio cooperativas, organizações formalmente constituídas como pessoa jurídica de direito privado. E para acessar é necessário ter a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP, este documento que comprova a renda e qualifica como agricultor familiar. Quando a comercialização é feita via cooperativa ou outra organização é necessário a DAP Jurídica.

O PAA tem poucos diferenças do PNAE, todos cumprem missões caracterizadas importante tanto para a agricultura camponesa, quanto para as instituições que os recebe, ambos são bem parecidos na burocracia, no que se diz ao acesso das famílias camponesas, no processo de comercialização. Minhas próximas colocações serão sobre o PNAE.

Alimentos saudáveis nas escolas: o caso do PNAE

Ao falar do PNAE cabe discutir brevemente a merenda escolar e, ao mesmo tempo, elucidar o momento em que esta política passou a beneficiar a agricultura camponesa. Segundo Gomes e Maria (2013) documentos históricos relatam que nos quatro primeiros séculos de existência do Brasil, foram estabelecidos pré-condições de um modelo escolar que não previa políticas suplementares à educação, como a alimentação escolar. Havia a alimentação escolar em poucas escolas, e nas que existiam eram iniciativas voluntárias e isoladas que eram feitas por famílias que tinham maiores condições e de organizações sociais, sem nenhuma intervenção do Estado.

Gomes e Maria (2013) destacam que

As primeiras iniciativas da alimentação para alunos na escola no Brasil datam década de 1930, quando alguns estados e municípios percebem que a desnutrição infantil é resultado de somatórias fisiológicas(desnutrição de grávidas, lactantes e crianças) e sociais (qualidade de vidas das famílias) e econômicos (relacionado a renda e acesso aos alimentos), a partir destas preocupações que alguns administradores de Estado e municípios com mais condições se responsabilizam pelo fornecimento da alimentação em suas redes de ensino, mas somente em 1950 que o Estado brasileiro começa a pensar na alimentação escolar como um programa público de forma singular. (GOMES; MARIA, 2013, p. 02)

Gomes e Maria (2013) destacam que 1954 foi um momento fundamental na história da alimentação escolar, com a criação do Programa Nacional de Merenda Escolar (PNME), que foi sob a responsabilidade da Comissão Nacional de Alimentação (CNA) e em um ano após surge o Decreto nº. 37.106/1955, que formalizou o PNME/CNA como Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNME)/MEC/CNA, com a distribuição de alimentos (leite em pó + vitaminas A e D lipossolúveis) doados pelo Fundo Internacional de Socorro à Infância (Fisi) aos estados mais pobres. O Fisi tinha como meta diminuir a desnutrição de países da América Latina, entre eles o Brasil. Posteriormente o programa se nacionalizou, e as doações passaram a ser feitas pela *United States Agency for International Development* (Usaid), com a inclusão de novos produtos doados e comprados com preços mais baixos.

Logo no início dos anos 1970 foi instalado as primeiras indústrias alimentícias no Brasil, com o fim de atender as demandas, porém os cardápios eram com qualidades bem baixas e com a visão apenas de desenvolver as indústrias nacionais do ramo com mercado governamental.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, não é tão novo, segundo Gomes e Maria (2013) ele foi criado em 1979, mas só com a promulgação da Constituição Cidadã em 1988 que de fato foi assegurado o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental. Em 1993, iniciou-se o processo de descentralização dos recursos financeiros destinados ao programa, para os estados e municípios com o objetivo de um melhor desempenho, para ter mudanças no sistema de compras, implantar a produção alternativa de alimentos e utilizar produtos básicos in natura e da localidade. Isso acabou permitindo um melhor cardápio e uma aceitabilidade por parte dos alunos das refeições sem contar com a oferta de alimentação mais saudável e economicamente viável.

Em 12 de julho de 1994 foi promulgada a Lei nº8.913 que descentralizou o PNAE em PEAES e PMAES, sem nenhuma necessidade de convênios, contratos, acordos ou documentos do gênero e possibilitou o repasse direto dos recursos federais aos estados e municípios para a execução dos programas locais, com foco na formação de hábitos alimentares mais saudáveis, respeito às tradições alimentares e aumento da economia agrícola do município e região.

Segundo as Gomes e Maria (2013) foi neste contexto que a alimentação escolar passou a ser vista como uma importante política pública presente hoje nos 5.565 municípios e tenta

ser estratégia de desenvolvimento local, regional, estadual, nacional e internacional e seu objetivo é contribuir com a aprendizagem e rendimento do aluno com a oferta de refeições que atendam as necessidades nutricionais diárias de, no mínimo, 15 % durante a permanência na escola; realizar a educação nutricional integrada ao projeto pedagógico; dinamizar a economia local respeitando os hábitos e vocação agrícola da região; e contribuir para o alcance das diferentes dimensões da sustentabilidade, formando hábitos saudáveis e sustentáveis para as crianças e família.

Em 2009 foi criada a Lei nº 11.947/2009/FNDE que designa que no mínimo 30% dos recursos do FNDE para a alimentação escolar devem ser aplicados na compra direta de produtos da agricultura familiar. Isto representa um marco histórico para os agricultores, pois proporciona as famílias produtoras de alimentos a fazer comercialização sem atravessadores e lhes dão o direito de venda de seus produtos, incentivando as famílias produzirem e diversificarem suas produções e também garantindo renda para a família e qualidade de vida.

Segundo o relatório DATA LUTA, (2013), entre os anos 2000-2012, mais de cinco milhões de pessoas participaram de diversos tipos de manifestações em defesa do desenvolvimento territorial rural em todo o país. Isso deixa claro o motivo das políticas estar avançando aos poucos. É sempre necessário ter claro que o PRONERA, o Plano Safra, o PAA, o PNAE e outras políticas para o campo só foram arrancadas com a mobilização social.

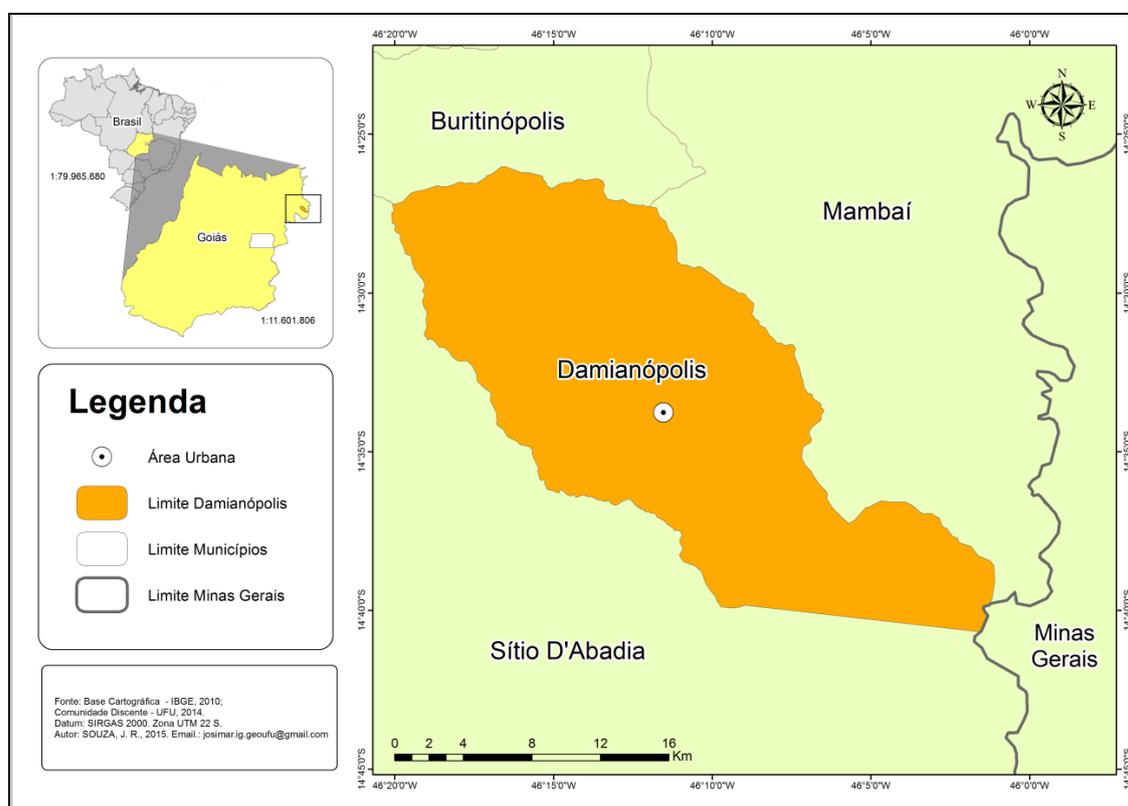
Isto posto, buscou-se analisar essas políticas públicas no município de Damianópolis, Goiás.

O município de Damianópolis e as políticas públicas de desenvolvimento rural

Neste *item*, a intenção foi traduzir como as Políticas Públicas de comercialização têm sido direcionadas as famílias camponesas do município de Damianópolis, mas também fez-se necessário compreender, de maneira resumida, a caracterização e a formação territorial do município.

Conforme informações da Cartilha ‘O Município na Escola’ (1993), Damianópolis está localizada no leste goiano, a 405 km da capital de Goiás, Goiânia, e 232 Km da Capital Federal, que é Brasília. Sua localização é determinada pelas coordenadas geográficas 14° 33’ 50” de latitude Sul e 46° 10’ 37” de longitude Oeste, limitando-se ao norte com o município de Mambáí, ao sul, com o município de Sítio d’Abadia, ao leste, com o Estado da Bahia. Faz

parte do Território da Cidadania Vale do Paranã, próximo aos municípios, Alvorada do Norte, Posse, Iaciara, Buritinópolis e outras. (mapa 1).



Mapa 1 – localização geográfica de Damianópolis, Goiás.

A população de Damianópolis, segundo o censo de 2010, é de 3.297, sendo, 1.857 a população urbana e 1.440 a população rural. Isso significa que a população rural corresponde quase a mesma proporção da população que vive na cidade.

Ainda segundo a Cartilha o Município na Escola (1999) o povoamento da sede Municipal teve origem às margens do córrego Santa Catarina, no ano de 1840, quando surgiram os primeiros moradores, procedentes do vizinho Estado da Bahia, atraídos pela boa qualidade das terras para lavoura e criação de gado, e a abundância de madeiras de lei nas florestas da região. Formava-se, assim, o povoado, com o nome de Santa Catarina, derivado do córrego adjacente, tendo como primeiros habitantes e fundadores os senhores: Júlio Moreira de Moura, José Marques, João Rodrigues da Cruz, Juvêncio Pereira de Abreu, Jesuíno César de Melo e Manoel Justino da Silva, cujas moradas eram de *pau-a-pique*, cobertas de capim.

Inicialmente, desenvolveram-se as atividades de cultivo de cereais e pecuária, crescendo gradativamente o tráfego de tropeiros que faziam comércio entre Goiás e Bahia, abrindo-se uma estrada para facilitar o transporte rodoviário, e edificando-se uma escola e uma capela.

Em 31 de dezembro de 1943, pelo Decreto-Lei Estadual nº 1532, o povoado foi elevado a distrito. Em 14 de novembro de 1958, pela Lei Estadual nº 2149, o distrito passou à categoria de município, com o nome de “Damianópolis”, de origem desconhecida, desmembrando-se de Sítio d’Abadia e instalando-se em 1º de janeiro de 1959.

As principais fontes de economia do município giram em torno da agricultura e da pecuária. Mais recentemente, verifica-se novas dinâmicas espaciais no município, com (re)organização do território e do trabalho. Um dos indicativos destas transformações é a organização do Movimento Camponês Popular – MCP no município de Damianópolis.

A história do Movimento Camponês Popular - MCP e o campesinato de Damianópolis

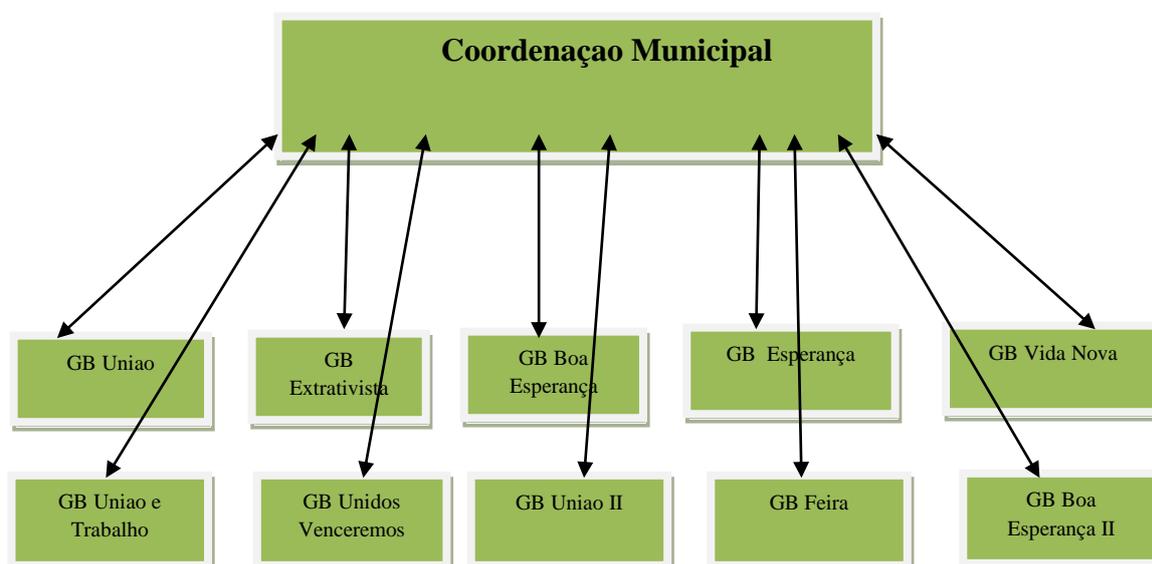
O MCP só conseguiu se organizar na região nordeste de Goiás em 2011, onde está localizado o município de Damianópolis. Esta expansão se deu frente a um dos objetivos do Movimento que é cada vez mais conseguir fomentar a organização de famílias camponesas para fortalecer a luta camponesa. Até então o movimento estava organizado em quatro grandes regiões do Estado de Goiás, que são elas: Região Norte, região Noroeste, região Estrada de Ferro e região Sudeste. Segundo membros do MCP, quando surge a possibilidade de expansão para o Nordeste Goiano, caracteriza uma sinalização importante e necessária, pois a região nordeste de Goiás é considerada uma região mais empobrecida do Estado e com uma presença camponesa muito forte em seus territórios.

Quando o Movimento iniciou seus trabalhos de base na região, o primeiro município que se destacou pela vontade de organizar, pela presença camponesa, formação de base e trabalho coletivo foi o município de Damianópolis. Aos poucos o MCP foi se consolidando e efetivando suas primeiras ações.

É bom entender que segundo o Caderno de Pedagógico II do MCP (2013) o movimento tem um método de se organizar, esse jeito de fazer movimento, faz com que ele seja caracterizado de fato como “movimento”. Sua organização inicia pelas comunidades-

onde chama-se *Grupo de base*. Esse Grupo é a organização de 10 a 15 famílias da mesma Comunidade que se reúne mensalmente para discutir questões locais, trabalho coletivos, festejos e o que fizer necessário. Cada grupo tira 3 pessoas, sendo 1 homem, 1 mulher e 1 jovem para serem coordenadores do Grupo de base. Mensalmente acontece uma reunião com todos os coordenadores dos Grupos de base do município, para prepará-los para as reuniões nos Grupos de base, onde estão todas as famílias que fazem parte do MCP.

Segundo entrevista com coordenadora do MCP de Damianópolis hoje existe no município 10 grupos de base, sendo eles:



Fonte: Cartilha do MCP, 2009.

Durante os 5 anos de organização das famílias camponesas no município de Damianópolis, já foi possível avançar em vários aspectos, um deles é o acesso a algumas políticas públicas. Segundo entrevista com coordenador do MCP, Pereira (2014), fica esclarecido alguns elementos importantes:

O que achei de mais importante foi o acesso a semente crioulas, porque estava sendo extinta. Poucas pessoas possuíam essas sementes. O movimento chegou aqui e resgatou a importância das sementes crioulas. Outra conquista que foi resultado de nossa organização foi a moradia camponesa. Eu nunca tinha ouvido falar que pudesse existir no campo um

programa assim. Foram muitas conquistas, mais ainda é necessário que nós cada dia esteja mais organizado, necessitamos de muitas mudanças ainda. Tudo foi resultado de lutas e lutas. (PEREIRA, 2014, entrevista).

Segundo Pereira (2014), essas conquistas foram fundamentais, mas não foram suficientes, e elas se deram a partir da mobilização das famílias, de ocupações e de outras formas de luta.

A luta pela moradia é antiga, e hoje existe o PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural que vem proporcionando o acesso a moradias dignas, para milhares de camponeses e camponesas no Brasil. Na região do nordeste Goiano encontra em fase de construção cerca de 143 moradias e em fase de análise quase 254 projetos, desses cerca de 100 moradias são do município de Damianópolis.

O acesso ao PNHR não é diferente de qualquer outra política pública, todos os avanços, melhorias que vem tendo são resultados de lutas. O Programa vem dando saltos importantes, hoje o valor é de 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) para construir suas moradias, sendo 28.000,00 (vinte e oito mil) do Governo Federal e 20.000,00 (vinte mil) do Governo Estadual.

Um dos aspectos que compõe o Projeto Moradia Camponesa é o trabalho social que deve ser feito com todas as famílias que acessam a moradia camponesa, esse processo acontece desde a organização dos documentos para acesso ao programa até a inauguração das moradias. Segundo Projeto Técnico Social (2013) esses são os principais objetivos:

O Projeto tem como objetivo Contribuir para a transformação da realidade das famílias camponesas que acessaram o PNHR: Fortalecer o protagonismo das mulheres camponesas; Incentivar a participação das famílias camponesas em todas as atividades que serão desenvolvidas; Incentivar a produção de alimentos saudáveis, a produção de sementes crioulas, a utilização de ervas medicinais e a construção de hortas, jardins e quintais ecológicos; Organizar e acompanhar a CRE; Construir, junto às famílias camponesas, estratégias de articulação com políticas de comercialização e geração de renda.(SOCIAL,2013, p. 13)

Este processo que as famílias vivenciam, contribuem bastante, pois são outros espaços de convivências, de trocas de saberes, de aprendizado. Além de também ser espaço de

discussão sobre a produção de alimentos saudáveis, diversificando o resgate das sementes, mudas e raças crioulas, renda, qualidade de vida, embelezamento da moradia e também lugar de resgatar culturas, saberes e valores das Comunidades Camponesas.

Outro aspecto importante é o trabalho que o MCP desenvolve com o resgate, multiplicação das sementes, raças e mudas crioulas. E na região do Vale do Paranã muitas famílias que antes eram consumidoras de sementes, hoje passaram a comercializar suas sementes, ou seja, de compradores passaram a serem vendedores de sementes crioulas. Essas sementes são comercializadas via o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos e o órgão responsável é a CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento.

O trabalho com as sementes é estratégico para as famílias camponesas, pois não existe possibilidade de produzir alimentos sem ter a sementes.

Outro aspecto importante que contribuiu para a consolidação do MCP e para várias conquistas para as famílias camponesas foram às diversas lutas que o movimento tem feito. (figura 1 e 2).



Figura 1: Jornada de Luta em Goiânia.
Autora: Rosa, T.



Figura 2: Fechamento da BR 020.
Autora: Rosa, T.

As lutas têm sido as principais estratégias para arrancar conquistas concretas para o campesinato. E o MCP utiliza essa ferramenta sempre que se faz necessário. Além de ser um mecanismo para fazer valer as vozes do campesinato é um exercício que contribui para a emancipação, protagonismo de homens e mulheres do campo, e nisto cada um e cada uma se constroem, aprendem e ensinam e isto se concretiza nas ruas, praças e nas instituições públicas ou privadas.

Experiências e contradições do PAA e do PNAE em Damianópolis, Goiás

O ano de 2013 foi marcado com uma conquista importante para o Nordeste Goiano e principalmente para o município de Damianópolis que foi a conquista de um projeto para organização e capacitação de mulheres camponesas para acesso a renda através da organização produtiva e acesso as políticas públicas. Este projeto possibilitou uma equipe técnica para contribuir com a efetivação do trabalho com as mulheres. A meta central do Projeto é

Organizar e capacitar as mulheres para organizar sua produção e ter acesso a formas de comercialização, como no PAA, no PNAE, nas feiras camponesas, comercialização solidaria, além de acessar o Pronaf Mulher, através da capacitação, do acompanhamento e da orientação técnica para que as mesmas implementem iniciativas em especial para a comercialização a partir do aproveitamento, de maneira sustentável, dos frutos do cerrado e produção de alimento saudáveis e diversificados, visa ainda, promover a formação das mulheres camponesas nos temas: relações sociais de gênero, divisão sexual do trabalho, trabalho não remunerado das mulheres, economia feminista e políticas publicas para mulheres rurais, bem como sua capacitação, possibilitando assim as beneficiarias do projeto, o acesso as políticas publicas de apoio a produção e a comercialização. (p.3).

Este projeto foi aprovado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário via Secretaria de Políticas para as Mulheres, foi uma conquista do MCP, porem foi feito pela prefeitura municipal de Damianópolis e está sendo executado sob coordenação do MCP.

A execução do projeto iniciou em julho de 2014. Segundo entrevista com coordenadora do MCP Ana Porto, “*o projeto deu continuidade ao que já vinha sendo construído, mas claro que agora tem-se uma equipe técnica para cuidar de forma integral a esse trabalho*”.

O incentivo a produção para comercialização aconteceu em quatro esferas; nos grupos de bases, em assembléias com as famílias que fazem do MCP no município, em encontros com a coordenação do município e nos encontros específicos com as mulheres. As mulheres foram as responsáveis por coordenar o processo.

Aparecem neste primeiro momento às primeiras dificuldades, a falta de água em algumas comunidades, dificultando a produção de hortaliças e a falta de acesso a políticas de

investimentos, como o Pronaf, isto dificulta as famílias fazerem investimentos. Mesmo com isso as famílias decidem darem os primeiros passos, iniciar.

Em nossa região tem poucas chuvas, a maior quantidade de água existente são dos rios, mas fica longe das comunidades. Com as poucas chuvas as nascentes secaram. Já tentamos furar poço artesiano, além da água não ser suficiente ainda é salgada. Outro problema que temos é a questão fundiária, atrapalha muito o acesso a políticas como o Pronaf. Para legalizar essas terras precisa muito dinheiro, e as famílias não vão conseguir. (Entrevistado, Francisco Alves Porto, 43 anos, 2015).

A decisão das famílias foi iniciar pelo PNAE, organizaram cerca de 30 mulheres para fazer a primeira experiência, foram construídas oficinas para trocas de receitas, levantamento da produção, padronização dos produtos, para cuidados com higienização, reuniões com a administração municipal e com Secretário de Educação municipal.

No momento de negociação foi quando apareceram outros problemas que impedem a comercialização, o valor possível a pagar pelos alimentos é inviável a partir do custo da produção. Isto, segundo a coordenação das mulheres, acontece pelo fato do município ter somente cerca de 400 alunos, o valor destinado à compra de merenda escolar é apenas 0,32 centavos por aluno. A partir desses elementos impossibilita a compra da merenda escolar da agricultura camponesa, pois o valor final que gera em recurso não é possível comprar alimentos da agricultura camponesa, considerando o custo de produção, o trabalho desenvolvido pelas mulheres para produção do mesmo.

Tendo em vista estes resultados, as famílias decidem organizar para comercializarem via o PAA, e começam dar os passos necessários. Aqui aparecem algumas dificuldades, são elas;

- ✓ Falta de documentação legal que comprova a posse da terra, isto dificulta o acesso a Declaração de Aptidão ao Pronaf-DAP;
- ✓ Para comercializar produtos de origem animal, seus produtos e matérias primas; o pescado e seus derivados; o mel e seus derivados, o leite e seus derivados (iogurte, bebida láctea, manteiga e queijo), é necessário o SIF, Serviço de Inspeção Federal, o SIE- Serviço de Inspeção Estadual, o SIM- Serviço de Inspeção Municipal. Os municípios não possuem esses Serviços;

- ✓ Para comercializar bebidas, como polpas de frutas, sucos, refrescos, água de coco é necessário ter registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- ✓ Para produtos minimamente processados de origem vegetal como fruta ou hortaliças ou alimentos que tenham sido lavados, sanitizados, cortados, fatiados, ralados, picados, descascados é necessário ter Alvará Sanitário ou Licença de funcionamento;
- ✓ Para produtos como doce de frutas, farinha, pão, bolo, biscoito, bolacha é necessário ter Alvará Sanitário ou Licença de funcionamento;

Todos esses serviços exigidos são de difícil acesso para as famílias camponesas; alguns são exigências para as prefeituras, mas nem sempre elas têm interesses de resolver, pois exigem gastos que não estavam previstos, e outras exigências são para as famílias camponesas, que são de difícil acesso, por vários motivos, inclusive por falta de financiamentos. As famílias também não possuem locais adequadamente conforme exigências da vigilância sanitária, e para estruturar esses locais são necessários investimentos por parte das famílias.

Segue relatos das mulheres camponesas:

É um programa que veio trazer esperança para as mulheres, mas infelizmente ele exige muitos documentos que não estão ao nosso alcance, pois o PAA e o PNAE precisa de um SIM, que no município não existe e as mulheres não podem vender todos os produtos que elas produzem. Nós mulheres precisamos de mais apoio por parte dos programas, facilitando a documentação e criando uma estrutura de vigilância para dar oportunidade de entregar toda produção. (Carta de Dorisneide Rosa Oliveira, 35 anos, 2015)

O PAA e PNAE são programas bons, que poderia ajudar a milhares de camponesas que talvez nunca tiveram oportunidades de ter seu próprio salário, mas é muito difícil, tem grandes exigências de documentos. Acredito que deveria melhorar os preços dos alimentos, pois considero muito baixo e também liberar as exigências que não estão ao nosso alcance. (Carta de Ana Alves Porto, 55 anos, 2015).

É muito difícil, deveria ser menos burocrático. (Carta de Rosangela Mendes da Rocha, 26 anos, 2015).

Quando comecei a ter conhecimento do PAA e PNAE fui descobrindo a grande dificuldade dos documentos para acessar. É preciso diminuir os documentos e também ter acesso a projetos a fundo perdido para dar subsídio para as camponesas iniciar, pois elas não têm renda para começar a entrega. (Carta de Maria Abadia Gomes da Silva, 55 anos, 2015).

Mesmo com todos esses elementos dificultadores, as famílias camponesas, principalmente as mulheres estão insistindo em comercializar seus produtos e a expectativa é que em 2015 consiga experimentar a primeira experiência via PAA.

A camponesa Tereza Alves Porto relata em sua carta que:

O PNAE e o PAA são nossa grande esperança de uma renda própria e fixa, nós estamos nos esforçando ao máximo para conseguir nossos objetivos. Apesar das grandes dificuldades que estamos passando para conseguir participar do programa, as exigências são grandes, assim como nossa falta de estrutura. (Carta de Tereza Alves Porto, 60 anos, 2015).



Figura 3: I Seminário de mulheres em Damianópolis.
Autora: Rosa, T.

A imagem 1 ilustra as atividades que aconteceram para discutir os programas de comercialização. Nesses espaços que as mulheres decidiram romper com tantos limites e iniciarem suas primeiras iniciativas, também nesses espaços que chegaram a conclusões que são de difícil acesso, muito burocrático, mas mesmo assim ainda vêm nos programas uma grande esperança.

Finalmente, considera-se que aparecem aqui os principais elementos que dificultam o acesso das famílias camponesas acessarem os programas e isto, sem dúvidas, contribui para

provocações aprofundadas na luta para fortalecer e garantir o acesso das famílias mais empobrecidas aos programas aqui citados, como em tantos outros voltados ao campesinato. Pois o conjunto de políticas e programas que foi conquistado ao longo do processo que obrigou o Estado a criar, fazer nascer, são os mesmos que criam as dificuldades e burocracia impedindo o acesso de milhões de famílias.

Considerações finais

Esta pesquisa teve como objetivo central compreender a importância e os limites encontradas pelos camponeses (as) em acessar as políticas públicas de comercialização de alimentos. Para isso, procedemos de um recorte espacial que foi o município de Damianópolis/Goiás.

A síntese de questões traduzidas no decorrer do texto afirma a disputa de projetos existentes hoje no campo.

De um lado o campesinato, com as dificuldades, com baixa renda, sem financiamentos, pequena terra, sem mecanização, uma boa parte sem títulos da terra e do outro lado o agronegócio, com altíssimos lucros, altos financiamentos, grande extensão de terras, técnicas e tecnologias que fortalece o projeto da morte. Esta é uma das disputas mais injusta que pode se existir no campo brasileiro.

Sem dúvida, as políticas públicas são fundamentais, então, para o desenvolvimento do país e quando elas contemplam a agricultura camponesa vão além do território camponês, ultrapassam o objetivo do aumento de renda e qualidade de vida das famílias camponesas, e no caso dos Programas - PNAE e PAA. É significativa sua intervenção e, se realizada de modo exitoso, proporcionam renda, resistência, permanência, a produção e diversificação de alimentos saudáveis para a sociedade do país e contribuem fortemente para o chamado desenvolvimento rural. São Programas que atingem diretamente e indiretamente um conjunto importante da sociedade, a grande questão colocada é fazer estas políticas estar ao alcance das famílias camponesas.

Nesta pesquisa, percebemos que é impossível pensar em Políticas públicas sem pensar nos meios para o acesso, sem pensar todo o processo econômico, social, político e que estão inseridas. Concorda-se com Fernandes (2011) quando afirma que os territórios camponeses e

capitalistas necessitam de políticas diferenciadas para o seu desenvolvimento, que devem ser pensadas de acordo com as lógicas das relações sociais.

Esses programas, sem dúvida, são políticas emancipatórias, consideradas uma das políticas que vem dando certo onde é implantado, porém é bem difícil conseguir implantar. Infelizmente, as famílias que possuem mais baixa renda, são justamente as famílias que não conseguem ter acesso, pois as exigências legais, comprometem a agricultura camponesa.

E isso permite perceber que as políticas públicas necessitam de dois movimentos combinados, o primeiro é a mobilização, pressão popular, para a política pública nascer, existir; e o segundo é a continuidade do povo organizado exigindo o acesso, a melhoria e a continuidade da política pública, pois toda política assim como foi criada, pode ser extinta, portanto sua eficácia depende fundamentalmente da defesa coletiva.

Em síntese, estes são os caminhos e as possibilidades. E o grande desafio para o campesinato é estar organizado para lutar em defesa de sua existência.

Referências

BALSAN, R. **Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira**. Campo-território: Revista da Geografia Agrária, v.1, n.2, ago.2006. Disponível em:< <http://pt.scribd.com/doc/35919611/Impactos-de-Correntes-Da-Modernizacao-Da-Agricultura-Brasileira#scribd> > Acesso em: 23 out. 2014.

BUTTO, A. **Políticas para as Mulheres rurais: Autonomia e Cidadania**. MDA, 2011.

CARVALHO, H, M. **Camponeses: mais além da convivência com o capital**. 2015.

CALDART, R. S. (Org.). **Dicionário da educação do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

Damianópolis, Municipal. **O município na Escola**. Damianópolis.1993.

GOMES, D, C.; MARIA, C. **O programa nacional de alimentação escolar- PNAE como política pública de desenvolvimento sustentável**. Centro de desenvolvimento sustentável da Universidade de Brasília, 2013.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP: 1996.

GRISA, C. Diferentes olhares na análise de Políticas Públicas: Considerações sobre o papel do Estado, das instituições, das ideias e dos atores sociais. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**. on line- v, 4, n.1, Jun- 2010.

MANCANO, B. **Políticas Públicas, Questão Agrária e Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil**. UNESP. São Paulo. 2013.

MOVIMENTO CAMPONÊS POPULAR - MCP. **Movimento Camponês Popular e Luta por Moradia**. Cartilha Pedagógica II. Goiânia, 2013.

MST. **Contra extinção do MDA e pela Reforma Agrária, Sem Terra ocupam o Incra em toda Bahia**. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2016/06/08/contra-extincao-do-mda-e-pela-reforma-agraria-sem-terra-ocupam-o-incra-em-toda-bahia.html>. Acesso em Junho de 2016.

NACIONAL, A. Camponesa. **Proposta de Projeto Técnico Social**. 2012. *Mimeo*.

NETTO, C. G.A. M.; MELO, L. M.; MAIA, C. M. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2010.

OLIVEIRA, A, R.; CLEMENTE, E. C. **Desenvolvimento Territorial em questão: Análise das Políticas Públicas voltadas ao Campo Brasileiro**. ANPEGE, v.8, n.10, nov, 2012. Disponível em: <http://anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08/article/view/236>: Acesso em: 10 nov. 2014.

POMAR, W. **Questões do desenvolvimento brasileiro**. Correio da Cidadania, 2014. Disponível em: http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9915:pomar070814&catid=14:vladimir-pomar&Itemid=88>. Acesso em: 12 dez. 2014.

PRADO Jr., C. P. **A questão agrária**. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

SECRETARIA de Políticas Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas. **Organização e Capacitação de Mulheres camponesas para acesso a renda através da organização produtiva e acesso as Políticas**. 2011.

SHIVA, V. **Agronegócio um modelo esgotado**. Brasil de Fato. São Paulo. 06 de Junho de 2013.

Sobre os autores

Tábata Neves Rosa

Formada em pedagogia pelo Programa Nacional de Reforma Agrária- PRONERA, especializada em Agroecologia e Desenvolvimento Rural pela UFG/IESA e mestranda em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe pela UNESP.

Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves

Professor no Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás – Campus Iporá. Doutor em Geografia no Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás – IESA/UFG. Membro dos Grupos de pesquisa Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS - UFJF) e Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais (GETeM – UFG Regional Catalão).

Artigo recebido em Dezembro de 2015.
Artigo aceito para publicação em Março de 2016.